

Ao vigésimo segundo dia de julho de 2021, às 19h00min, teve início a reunião online entre representantes da Fundação Florestal (FF) e da AARCCA para apresentar o projeto de criação da nova unidade de conservação (UC) no entorno marinho do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA), com as presenças de Betum (caiçara), Deyves Martins (sociedade civil), Diego Hernandez (Diretoria do Litoral Norte – FF), Erica Valdetaro (AARCCA), Helena Sanchez (AARCCA), Jacqueline (sociedade civil), Leandro Caetano (Gerência do Litoral Norte – FF), Luciana Dorta (AARCCA), Priscila Saviolo (gestora PEIA), Rodrigo Victor (FF), além de Cláudio Seidji, Diego Bellini, Gabriela Carvalho, Liniker Marcondes, Marcela Pedro, Natália Hara (monitores PEIA). Diego Hernandez (DLN-FF) agradece pelas presenças, comenta que a proposta de criação da nova UC marinha está pautada no benefício ecológico e na geração de negócios através do turismo e está indo a público por meio de um rito processual obrigatório; pontua que o motivo para criar a nova UC marinha inclui o histórico de ocupação da zona costeira paulista, o impacto dessa ocupação e a necessidade de resguardar esse ambiente; cita as pressões que ocorrem no entorno marinho do PEIA, ainda que sejam menores do que em outros locais, como possíveis impactos do tráfego petroleiro, pesca de má qualidade, resíduos, poluição difusa, falta de saneamento, turismo desordenado e invasão de coral sol; menciona que a FF tem uma agenda de ações pautadas em objetivos de desenvolvimento sustentável no âmbito da Década dos Oceanos e que se busca gerar uma ciência aplicada a soluções para melhorar a qualidade do mar; explana que há dois grupos de UC: uso sustentável, que permite uso direto dos recursos naturais, e proteção integral, que proíbe esse uso, mas permite atividade turísticas, e considera que o entorno marinho do PEIA se encaixa na categoria parque devido ao objetivo de proteção e à vocação para o turismo náutico; aponta que no Brasil há 490 parques, dos quais 46 protegem a área marinha e 8 são exclusivamente marinhos, e que desses parques, 224 são estaduais, dos quais 24 protegem a área marinha e 5 são exclusivamente marinhos; diz que em SP o único parque marinho é a Laje de Santos, onde é proibida a pesca, mas é um importante ponto para geração de conhecimento e para negócios com operadoras de mergulho, e fala que na nova UC marinha haverá olhar para atividades como mergulho, remo, standup e observação da vida marinha. Priscila Saviolo (gestora PEIA) explica que o PEIA possui quatro zonas: (i) zona intangível, com acesso apenas para fiscalização e pesquisa, (ii) zona de recuperação, onde ocorrem projetos de recomposição florestal, (iii) zona extensiva, com praias e trilhas com visitação sob regras específicas, (iv) zona intensiva, onde se dá a maior parte da visitação; recorda que em 2018 o PEIA obteve cerca de R\$ 14 milhões da Câmara de Compensação Ambiental (CCA), que foram investidos em obras, trilhas, equipamentos e aprimoramento dos programas de gestão; menciona a intenção de que a área da nova UC

marinha coincide com o polígono de interdição de pesca do entorno do PEIA e, após comparar com as regras do Plano de Manejo da APA Marinha do Litoral Norte (APAMLN) e do polígono de interdição de pesca, observa que a nova UC marinha não trará novas restrições além das já existentes, e afirma a ideia de manter os usos do local como abrigo, tráfego e fundeio de embarcações, atividades recreativas e educativas e turismo náutico; assinala que a nova UC marinha vai aumentar em 0,15% a área de proteção de integral e em 0% a área de exclusão de pesca e vai trazer benefícios como regulação do clima, visitação ordenada e de mais qualidade em um local com beleza cênica preservada, provisão de alimentos devido à grande concentração de ovos e larvas que contribuem para a manutenção dos estoques pesqueiros em outros lugares com espécies economicamente relevantes, e otimização das atividades de proteção, fiscalização, pesquisa e manejo do coral sol; afirma que no entorno marinho do PEIA ocorrem 5 espécies de tartarugas marinhas, como a tartaruga de pente, 5 espécies de cetáceos, como a toninha, 200 espécies de peixes ósseos, com 10 delas ameaçadas, e 22 espécies de peixes elasmobrânquios, com 9 delas ameaçadas, e ao comparar a biodiversidade desse local com outras ilhas próximas observa uma similaridade entre o entorno marinho do PEIA e Alcatrazes, e destaca a conectividade entre áreas marinhas protegidas no sudeste brasileiro; cita o benefício da viabilização de recursos financeiros via CCA e pagamentos por serviços ambientais para pescadores que coletarem resíduos no mar; e apresenta a linha do tempo da temática: criação do PEIA (1977) e do polígono de interdição de pesca (1983), início da proposta por membros da sociedade civil (1997), retomada da proposta dentro do Plano de Manejo da APAMLN e do CONSEMA (2018), estudo da área (2020) e previsão de criação da nova UC marinha (2021). Rodrigo Victor (FF) lembra que desde 2020 vem sendo elaborado um relatório técnico para apontar que o entorno marinho do PEIA possui atributos da categoria parque e que o processo participativo com a sociedade teve início em junho/2021, sendo que julho/2021 e agosto/2021 serão dedicados a reuniões com diversos segmentos, de forma online ou presencial para públicos com dificuldade de acesso virtual, dentro do Plano SP, com previsão de audiência pública virtual no final de agosto/2021, de ida do projeto ao CONSEMA em setembro/2021 e do decreto de criação da nova UC marinha em outubro/2021. Priscila Saviolo (gestora PEIA) informa que houve uma pergunta sobre a zona de amortecimento. Rodrigo Victor (FF) responde que o primeiro passo é criar a nova UC marinha e que a definição da zona de amortecimento ocorrerá na elaboração do Plano de Manejo, que tende a ser semelhante ao da APAMLN para simplificar, porém com eventuais normativas específicas que serão discutidas futuramente. Priscila Saviolo (gestora PEIA) cita questões sobre uso do cerco flutuante de forma educativa e para pesquisa e sobre a gestão da nova UC marinha. Diego

Hernandes (DLN-FF) responde que a FF tem apoiado o reconhecimento formal da pesca por cerco, dentro da limitação do uso direto dos recursos naturais já estabelecidos, e que há uma ampla capacidade de abordar a proposta educativa dessa arte de pesca; responde sobre a gestão que a nova UC marinha vai ter um conselho próprio que vai focar no ambiente marinho, ainda que possa ser intimamente ligado ao do PEIA. Luciana Dorta (AARCCA) observa que há uma preocupação quanto ao meio físico e biótico, mas sem o aspecto social, e ressalta a necessidade de incluir as comunidades tradicionais nos processos de criação de UC de forma a evitar a perda irreparável de uma essência cultural fundamental para Ubatuba e para o desenvolvimento sustentável, porque as áreas em que vivem caiçaras, quilombolas e indígenas são mais preservadas porque eles tiram dali o próprio sustento; aponta que objetivos de desenvolvimento sustentável sobre erradicação da pobreza, emprego digno, crescimento econômico e cidades e comunidades sustentáveis estão ligados às comunidades tradicionais, que foram pouco citadas na apresentação; explica que perguntou sobre zona de amortecimento porque nela haverá restrições e lembra que a criação do PEIA e do polígono de interdição de pesca injustiçaram as comunidades tradicionais, que foram retiradas de suas casas por causa da restrição de pesca, e ressalta que é preciso reverter esse processo injusto; lembra que em reunião da AARCCA foi sugerido, dentro da criação da nova UC marinha, flexibilizar a portaria SUDEPE e aproximar a gestão às comunidades tradicionais para poderem participar e manifestar a sua cultura, como a pesca de cerco, não apenas para fins comerciais; acredita que ao se tratar apenas a questão do turismo vai haver uma diferenciação do que se mantém como tradicional, relembra que na visita técnica da permissão de uso do PEIA foi colocada a questão das comunidades tradicionais e que não é servindo suco de juçara que vai se estabelecer conexão com as tradições caiçaras. Betum (caiçara) questiona o que Diego Hernandez (DLN-FF) quis dizer com pesca de má qualidade, porque segundo a APAMLN os pescados de cerco são ecologicamente corretos, e lembra do cerco flutuante do Sr. Joel, que foi reconhecido pela FF e foi tema de trabalho de conclusão de curso de Priscila Saviolo (gestora PEIA), em que se viu que não se pegava peixes residentes, apenas peixes de passagem, e comenta que em Alcatrazes tinha mais espécies que o PEIA, mas lá era perigoso chegar perto. Diego Hernandez (DLN-FF) responde que se referiu a pesca industrial, esportiva e caça submarina como pesca de má qualidade. Priscila Saviolo (gestora PEIA) concorda com os questionamentos da AARCCA e com a preservação das áreas das comunidades tradicionais, mas considera, com base na ciência, a necessidade de haver um mosaico de áreas com diferentes graus de proteção e que se complementam; pontua que não há abertura legal para flexibilizar e permitir o uso direto dos recursos naturais no entorno marinho do PEIA, mas que a FF trata internamente de questões sobre

preservação da cultura tradicional, como cerco flutuante e turismo de base comunitária; explica que os objetivos de desenvolvimento sustentável não serão atingidos com um único projeto, mas sim com a complementaridade entre projetos de diversas áreas e diversos âmbitos. Diego Hernandez (DLN-FF) comenta sobre as ações conduzidas nos últimos três anos em prol do fortalecimento da identidade cultural paulista, como a valorização da cadeia de produtos sustentáveis da Mata Atlântica e de pescados. Leandro Caetano (GLN-FF) concorda com as injustiças históricas, que já foram apontadas em outras reuniões e são uma preocupação da FF, que tenta agir para repará-las, ainda que exista um limite de atuação, e explana que a apresentação feita foi simplificada e que em uma próxima etapa poderá ser possível identificar todos os setores envolvidos nesse processo. Luciana Dorta (AARCCA) destaca que a AARCCA se posiciona de forma a pontuar as injustiças em qualquer segmento e vai estar presente onde houver oportunidade de fazer o resgate da cultura tradicional enquanto desenvolvimento sustentável. Betum (caiçara) recorda que por 12 anos pescou com o Sr. Joel na praia do Sul, que viveu 43 anos na Ilha Anchieta e tinha autorização da SUDEPE, e que foi uma grande injustiça a retirada dele de lá por uma pessoa do IBAMA que hoje responde por crime federal; diz que esteve na reunião na Barra dos Pescadores e que, enquanto filho da Ilha e caiçara tradicional, vai levantar a bandeira dos caiçaras, porque na reunião se ouviu falar muito sobre turista; defende a revisão da situação do Sr. Joel e o uso do cerco de forma educativa ou para doar o pescado para creches. Leandro Caetano (GLN-FF) recorda que teve oportunidade de presenciar a luta de Betum (caiçara) e fala para caminhar junto por essa bandeira em todos os momentos. Helena Sanchez (AARCCA) se apresenta como uma das organizadoras do Fórum de Saberes Artesanais de Ubatuba e reforça a necessidade de dar atenção às comunidades tradicionais para que elas sejam protagonistas e para não esquecer que identidade é história. Erica Valdetaro (AARCCA) comenta que a fala de Luciana Dorta (AARCCA) resumiu a intenção da AARCCA quanto a essa questão, que dúvidas foram sanadas e agradece pelo trabalho da FF e pelo espaço. Priscila Saviolo (gestora PEIA) agradece pelas presenças, pela oportunidade de apresentar o projeto para que se chegue a audiência pública sem grandes questões pendentes e encerra a reunião.